

Narcimária Correia do Patrocínio Luz
organizadora

DESCOLONIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

diálogos e proposições metodológicas

EDITORA CRV
Curitiba - Brasil
2013

DESCOLONIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POR UMA EPISTEMOLOGIA AFRICANO-BRASILEIRA

Narcimária Correia do Patrocínio Luz

O *Akpalô* é o contador de histórias na língua yorubá. Personagem muito importante e respeitado por essa função que desempenha na comunidade. Representa a memória viva, a história viva de cidades, reinos, comunidades, famílias, linhagens e instituições. As narrativas apresentadas pelo *Akpalô* são poéticas e dramatizadas.

Cabe ao *Akpalô* assegurar que todo o conhecimento, a aquisição de saberes e/ou aprendizagem seja interdinâmico, interpessoal, promova a presença do outro para que se estabeleça a linguagem, a comunicação com sua riqueza de códigos e formas de expressão. É um conhecimento vivo e direto. Nas comunicações tradicionais da Bahia, nossas crianças e jovens aprendem, elaboram conhecimentos e expressam esses universos característicos do pensamento africano e suas atualizações nas Américas através da vivência e convivência com *orikis*, contos, instrumentos percussivos cujos toques falam/comunicam, relatam histórias que anunciam os primórdios da humanidade indicando princípios ético-estéticos para que o corpo comunitário se expanda e dê continuidade aos elos de ancestralidade que projetam a coesão comunal.

É preciso registrar que é na Minicomunidade Oba Biyi, primeira experiência de educação pluricultural no Brasil (1976-1986), onde se dá início a reflexões e proposições na área de Educação tendo o *Akpalô* como mediador das narrativas do singular universo de linguagens africano-brasileiras. O nome da Minicomunidade Oba Biyi, que significa em yorubá "o rei nasce aqui", vem da homenagem ao nome sacerdotal nagô de Eugênia Anna dos Santos, a Iyalorixá fundadora do Ilê Opô Afonjá na territorialidade do Cabula em Salvador, Bahia. Foi o Mestre Didi Asipá, Deoscoredes Maximiliano dos Santos, que concebeu o currículo da Minicomunidade

Oba Biyi, a qual se inspirava nos seus contos. Mestre Didi Asipá, é um akpalô que representa uma das mais expressivas lideranças do *continuum* africano nas Américas e personalidade exponencial da educação contemporânea.

A referência de *akpalô*, que vimos fomentando e sistematizando nos nossos trabalhos, foi introduzida na ambiência científico-acadêmica nos anos de 1980 pelo Professor Doutor Marco Aurélio Luz na sua atuação no âmbito das Universidades Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) nas Linhas de Pesquisa e na Pós Graduação sob a sua responsabilidade. Assim, nossas análises em Educação são extensões dessas Linhas de Pesquisa que vivenciamos na UFBA com Marco Aurélio Luz que coordenou a Minicomunidade Oba Biyi, abrindo canais institucionais importantes para a continuidade desse legado a exemplo do PRODESE que implantamos na Universidade do Estado da Bahia-UNEB. A Mini-Oba Biyi fomentou uma epistemologia educacional africano-brasileira que se transformou num legado importante para muitas gerações de educadores/as.

[...] Para atender as expectativas das crianças e jovens integrantes de uma comunidade de tradições culturais afro-brasileira, e que se sentiam rejeitadas pelas escolas do sistema oficial de ensino, constituiu-se um novo “continente pedagógico” que iria caracterizar o projeto educacional Minicomunidade Oba Biyi. O caminho indicado na primeira metade do século passado por Mãe Aninha Iyalorixá Oba Biyi, de ver as crianças da comunidade no dia de amanhã ‘de anel no dedo e aos pés de Xangô’, inspirou a trajetória de nascimento de uma nova linguagem educacional. Fundou-se um espaço pedagógico assentado na recriação das linguagens e nos valores da comunidade. Da tradição nasceu o novo; gerado na criação um novo currículo, uma nova forma de aprendizagem. Uma revolução à lá Copérnico, uma inversão, o sol e não a Terra está no centro do universo. A cultura que guarda o saber da tradição comunitária passa a ocupar o centro da experiência educacional [...] ²

Nas redes de alianças comunitárias africano-brasileiras, encontramos gerações de *akpalôs* que possuem um riquíssimo acervo de contos, narrativas que apelam para analogias, plasticidade de imagens, dramatizações e recriações que ilustram a dinâmica dos textos e o complexo contexto simbólico nagô.

Para assegurarmos a presença das redes de alianças comunitárias e as gerações de *akpalôs* formadas por elas e que precisam estar na Universidade, criamos em 1997 o PRODESE. O Programa não foi uma escolha, foi uma precisão, um caminho necessário para exatamente transitar, caminhar por territórios outros em "casa alheia", sem ter de perder a identidade, sufocada por relações racistas de prolongação neocolonial. O que vem sustentando a produção científico-acadêmica da equipe PRODESE é a ousadia de estabelecer um pensamento que propõe matizes diversos, e levamos a evadir do terreno teórico-metodológico unidimensional, uno e totalitário, fruto da nossa formação positivista que nos enrijece, anestesia, impedindo-nos de perceber modos de sociabilidade para além da História moderna e suas análises empíricas e racionalistas que, geralmente, não conseguem indicar novos horizontes para a compreensão mais ampla das sociedades contemporâneas. Toda a equipe PRODESE assume o papel de *akpalô*, principalmente pelos vínculos comunitários que cada integrante do grupo vivencia. Nossas iniciativas teórico-metodológicas envolvendo professores de várias regiões do Brasil para falar sobre as riquezas das comunalidades africano-brasileiras e suas contribuições na área de Educação.

A equipe PRODESE desenvolve produções científico-acadêmicas que enfatizam o direito à alteridade civilizatória, fomentando estudos e atividades de pesquisa, ensino e extensão. Participam do PRODESE pesquisadores/as do Brasil e de Universidades estrangeiras que produzem participações criativas, com vistas a superar as perspectivas ideológicas neocoloniais que tendem a estruturar as políticas de educação no Brasil, além de elaborar e difundir conhecimentos referidos ao patrimônio civilizatório africano no Brasil.

Quando adotamos o conceito de descolonização, nos inspiramos também no legado do pensamento de Frantz Fanon:

[...] A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados,

colhidos de modo quase grandioso pela roda viva da história. Introduce no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, em verdade, criação de homens novos. Há, portanto, na descolonização a exigência de um reexame integral da situação colonial.³

Descolonização e Educação é uma iniciativa que procura restituir aos descendentes das populações aborígenes e africanas a compreensão e dignidade de seu sistema de pensamento, de sua alteridade civilizatória, superando as relações de prolongação colonial.

Abrigamos atividades de ensino, pesquisa e extensão que se alimentam do complexo sistema simbólico africano e aborígene, patrimônio milenar de muitos povos que estruturam suas dinâmicas sociais investindo em um poder criativo, erguendo cidades, hierarquias, instituições, modos de produção, organização política, tecnologias, educação etc.

Quando criamos o PRODESE, foi com o intuito de tentar preencher também a grande lacuna existente na bibliografia “clássica” recomendada na área de Educação, eivada geralmente de referências civilizatórias de base neocolonial-imperialista.

Se quisermos indicar modos de descolonizar a nossa educação, uma das maneiras é permitir aos/as educadores/as o acesso a repertórios teórico-epistemológicos que realizem o (re)exame profundo de verdades absolutas que há séculos denegam a nossa identidade nacional. Essa ousadia e ousadia audácia, nos leva a uma séria constatação:

[...] o regime colonial cristalizou circuitos, e a nação é obrigada, sob pena de sofrer uma catástrofe, a mantê-los. Talvez conviesse recomençar tudo [...] reinterrogar o solo, o subsolo, os rios e - por que não? - o sol. [...] A discussão do mundo colonial pelo colonizado não é um confronto racional de pontos de vista. Não é um discurso sobre o universal, mas a afirmação desenfreada de uma singularidade admitida como absoluta.⁴

O PRODESE vem atuando em diversos espaços institucionais. Influencia e indica para muitas gerações de educadores/as um mundo de ideias e valores, desdobramentos de distintas territorialidades

3 FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 21

4 FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, ps. 31 e 79

portadoras de sabedorias milenares capazes de propor uma ética do futuro que acolha os vínculos de sociabilidade característicos da nossa população africano-brasileira e aborígene.

Esse tem sido o nosso maior desafio: penetrar nesses espaços institucionais e tentar (des)recalcá-los e (re)aproximá-los do nosso “solo de origem” que se estabelece na passagem transatlântica para as Américas e Caribe. As colaborações que reunimos neste livro, dedicam-se a apurar essas abordagens e apontar outro continente teórico-epistemológico que transcenda as fronteiras do recalque e legitime nossas origens.

Nosso devaneio: estabelecer canais de reflexão urgentes na área de educação, permitindo a nossas crianças, adolescentes e jovens, perspectivas existenciais fundadas nos valores dos seus ancestrais, do seu solo de origem, da sua identidade mítica, das suas comunalidades que estruturam seu estar no mundo.

O Programa tem na sua base de dados aproximadamente 60 (sessenta) pesquisas desenvolvidas pelos seus membros, tornando-se referência nacional através de publicações de livros, capítulos de livros, enciclopédia, artigos em Revistas, participação em programas de TV e rádio, dissertações, teses, premiações importantes como o projeto *Dayó: afirmando a alegria socioexistencial em comunalidades afro-brasileiras*, indicado em âmbito nacional como semifinalista entre os vinte melhores da 8ª Edição do Prêmio ITAÚ UNICEF 2009.

Vale destacar que muitos conceitos produzidos no âmbito do grupo são referências semânticas consolidadas na área de Educação e Comunicação, contribuindo de modo significativo para a afirmação das tradições e valores das comunalidades. Um dos canais de divulgação da produção do grupo tem sido o *blog* da Acra (<http://blogdoacra.blogspot.com/>)

Como assumimos o papel de *akpalôs* no âmbito da Universidade, e vimos o impacto qualitativo dessas linguagens dramáticas nas territorialidades e comunalidades com as quais intercambiamos, concebemos em 2005 o projeto de educação *Dayó: afirmando a alegria socioexistencial em comunalidades afro-brasileiras*, destinado a prover crianças e jovens das escolas públicas da Bahia de valores e linguagens estruturados a partir do repertório afro-brasileiro das suas territorialidades.

Em iorubá, *Dayó* significa criar, expandir alegria. Apelamos para a língua iorubana pela necessidade de afirmarmos institucionalmente a presença do *continuum* africano nas Américas, Caribe, Brasil e, de modo especial, na Bahia, realçando a importância dessas tradições milenares na constituição de comunicações que primam em estabelecer modos de expansão dos valores e linguagens que marcam profundamente a formação social brasileira.

Quanto a isso, todos os dias procuramos promover a institucionalização da Lei 10.639/03 que entrou em vigor em 09 de janeiro de 2003, que inclui no currículo da Educação Básica o estudo da História da África e Cultura Afro-Brasileira, e sua implementação no currículo oficial das escolas brasileiras. Constatamos muitas condutas eivadas de preconceitos e racismo entre os professores/as, além da ansiedade de ter de contribuir para o processo de implantação do ensino de História da África e História e Cultura Afro-Brasileira nas suas escolas. Lembramos que esses professores têm, nas suas histórias individuais, um processo de escolarização até a Universidade que recalca os conhecimentos que afirmam ser a África o berço da humanidade, de onde se desdobra o protagonismo técnico-científico que influenciou várias civilizações.

Levando em consideração as questões muitas vezes dispersas e equivocadas que vêm afligindo professores (as), e aquelas que habitam o imaginário de crianças, adolescentes e jovens que deverão vivenciar a Lei, aqui é importante esclarecer que os esforços para o processo de implementação não ocorrem em águas tranquilas. A Lei 10.639/03 é o resultado do esforço envolvendo as comunicações africano-brasileiras que durante muito tempo realizaram e instituíram iniciativas em Educação que afirmassem e legitimassem seu patrimônio civilizatório: a África e sua (re) criação nas Américas e Caribe.

Apesar de reconhecermos a conquista obtida pelas comunicações africano-brasileiras em estabelecer canais de legitimação institucionais para que o Estado assumisse a diversidade civilizatória dos povos para as políticas de educação, vimos que há equívocos na abordagem sobre a África e sua influência em nossas vidas. Isso, muitas vezes, vem ocorrendo principalmente pela adoção de perspectivas teórico-metodológicas, ainda à deriva das projeções da História e Geografia civilizatória greco-romana, anglo-saxônica e ibérica. São perspectivas que insistem em apresentar a África com-

pacta, homogênea, submetida ao discurso universal que a congela no tempo e espaço da lógica do projeto histórico da “ordem e progresso” capitalista; destituindo-a completamente dos povos que detêm, milenarmente, um complexo sistema de pensamento de onde transbordam cosmogonias, universos simbólicos, complexo sistema de comunicação cujas linguagens e valores organizam comunicações, instituições e suas hierarquias, tecnologias, modos de produção, um magnífico manancial epistemológico.

Nossa contribuição se apoia justamente nesse esforço, de compor a África a partir do repertório das comunicações que a (re) criaram aqui, tornando-a visceral em nossas vidas. A África que aparece no currículo escolar soa como um lugar distante, tudo é estranho, fora das nossas entranhas. Essa África, que ganha o status jurídico no âmbito das políticas de Educação, perde a dinâmica de civilização transatlântica que há muito atravessa o nosso viver cotidiano no Brasil. Ora, se estamos dentro da dinâmica entre tradição e contemporaneidade, é preciso que se diga: a África também está aqui! Está aqui o tempo todo, envolvendo nossas crianças e jovens, animando-os a estruturar suas identidades e erguer a cabeça para lidar com os espaços institucionais impregnados do recálculo ao que somos, enquanto povos descendentes de africanos.

Estamos no tempo em que é preciso reconhecer que os espaços acadêmicos também se tornam referência da continuidade dos vínculos e alianças comunitárias da civilização africana no Brasil, a exemplo desse livro e outras iniciativas que concebemos com os mesmos princípios.⁵

Um ditado nagô proferido por Mestre Didi ganha destaque aqui pela importância nas narrativas das redes de alianças comunitárias africano-brasileiras: “trabalhando feito cupim”. O movimento e “trabalho” do cupim ao qual se refere Mestre Didi é a metáfora da luta secular dos africanos, cuja atemporalidade se presentifica e influencia o viver cotidiano dos afrodescendentes. Ser cupim no contexto adverso do imperialismo europocêntrico é penetrar nos interstícios das instituições que se alimentam das relações de prolongação colonial e patrimonialista no Brasil, e lentamente, ir de-

5 Ver artigo UNIVERSIDADE, BAHIA E BERIMBAU: TRAJETÓRIAS DE DESCOLONIZAÇÃO E EDUCAÇÃO da Revista da FAEBA nº35, P. especial 2009.

sestabilizando, esvaziando, tornando oca a estrutura de valores que recalcam e denegam os modos e formas de sociabilidade próprias característicos das comunalidades africano-brasileiras.

Vejam que é um movimento radical, pois apela para o exercício de estratégias de luta, memória e continuidade que ultrapassa gerações, organizando, conduzindo e transmitindo o legado dos nossos antepassados. Assim, procuramos lidar com reflexões que ilustram a dinâmica dessa metáfora do cupim, demonstrando que é através das redes de alianças comunitárias que floresce narrativas valiosas, com as quais conseguimos estabelecer a epistemologia africano-brasileira. São redes de alianças que irrigam a vida universitária compartilhando ideias, sentimentos e emoções que falam de nós, descendentes de africanos/as no Brasil.

É o que temos procurado fazer através dessas redes de alianças comunitárias. Intercambiando com lideranças exponenciais afro-brasileiros/as, geralmente os/as mais antigos/as, os/as mais velhos/as nas comunidades tradicionais baseadas nas hierarquias femininas e masculinas, em que o valor da ancianidade, do conselho dos/as anciãos/ãs é primordial, pois acumula o conhecimento que irriga a força das comunalidades.

Essa rede de alianças comunitárias da qual floresce a episteme africano-brasileira, passa a assumir uma importância fundamental na vida acadêmica de gerações de graduandos/as, pós-graduandos/as ou mesmo professores/as e pesquisadores/as, animando-nos a prover os currículos dos cursos com atitudes políticas que indiquem outro continente teórico-epistemológico capaz de transcender as fronteiras do racismo e legitime nossas origens.

A Universidade está se africanizando! Queira ou não, a elite dirigente e suas extensões patrimonialistas têm que lidar e aprender a conviver com essa africanização. A africanização é entendida aqui como uma poderosa teia de vitalidade das redes de alianças comunitárias afro-brasileiras, que felizmente entram na Universidade, afirmando com altivez e orgulho o contínuo de valores e linguagens da civilização africana.

As redes de alianças comunitárias que vivenciamos têm um valor inestimável para nos mantermos vivos no ambiente universitário. Essas redes nos motivam a (re)criar, dentro da universidade, o patrimônio da episteme africano-brasileira, assegurando às gerações

de graduandos/as e pós-graduandos/as a continuidade ao acesso das narrativas milenares de sua civilização, evitando que sofram o flagelo da sua autoestima e venham sucumbir face às abordagens racistas que organizam as relações dissimuladas dos cursos universitários.

Nosso enfrentamento aos valores da Razão de Estado que alimentam a onipotência narcísica da Universidade ocorre através da afirmação de outra episteme, desdobramento da dinâmica “da porteira pra dentro, da porteira pra fora”, legado histórico-político de Mãe Senhora, a Oxum Muiwá, também Iyami, a Mãe Poderosa que em vida, na liderança da comunidade-terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá, criou espaços de legitimação da comunalidade perante a sociedade oficial, afirmando o direito à alteridade do povo afro-brasileiro na sociedade oficial eurocêntrica.

Essa estratégia expressa por Mãe Senhora, na verdade, é o resultado da convivência entre ela e Mãe Aninha a Iyá Oba Biyi. Sucessora de Mãe Aninha na liderança do Ilê Axé Opô Afonjá, na cidade de Salvador na Bahia, Mãe Senhora dá prosseguimento às formas de atuação de sua antecessora, visando, em última instância, a legitimação da tradição perante a sociedade oficial.

Nossa produção acadêmico-científica se alicerça justamente nesse repertório de movimentos que indicam a dinâmica de fechar a porteira, nos encorajando a superar as limitações da pesquisa empírica de caráter evolucionista-etnocêntrico, que trata a civilização afro-brasileira como objeto de ciência. Sabemos que a visão empirista que sobredetermina o espaço acadêmico-científico tende a disciplinar o pesquisador, reduzindo suas ações ao “levantamento de dados”, análises e descrição dos mesmos. Geralmente o universo simbólico do outro é abordado através de recortes superficiais, matematizando-o, esquadrinhando-o, deformando-o, fragmentando-o, apequenando a alteridade civilizatória com a qual o/a pesquisador/a interage.

Em relação ao mundo universitário, significa assumir o risco quanto aos temas abordados e aos métodos utilizados [...] Sou tomado por uma dúvida quanto à autoridade da universidade de “mandarins”⁶. Com nomes diferentes, conforme o país e o momento, a história do pensamento é um verdadeiro ossuário de mandarins. Não há por que recear se opor a eles. Sobretu-

6 Alto funcionário público, na antiga China.

do porque muitas vezes devem sua divulgação a suas posições sindicais, partidárias, burocráticas, e não a suas produções intelectuais. (MAFFESOLI, 2009, p. 107).

A metáfora “da porteira pra dentro, da porteira pra fora”⁷, com certeza, constitui as estratégias necessárias para as atividades de pesquisa do PRODESE que visam afirmar o contínuo civilizatório africano nas Américas.

A porteira representa os limites entre os valores característicos das civilizações africana e europeia, e Mãe Senhora reconhecia que era fundamental que soubéssemos lidar com as fronteiras e/ou limites que delimitavam a territorialidade afro-brasileira e o espaço urbano-industrial etnocêntrico. Para ela a comunalidade afro-brasileira precisava aprender a ousar sempre em abrir a porteira para não ser sucumbida. O abrir a porteira para fora, é manter a dignidade do nosso patrimônio civilizatório e afirmá-lo nos espaços institucionais que tendem a silenciar o que ele tem de mais precioso: as elaborações de mundo que caracterizam sua fundação e a continuidade de seus valores e linguagens.

Abrir a porteira, portanto, é afirmar o discurso fundador da comunalidade nos espaços institucionais que o desconhece, estabelecendo perspectivas políticas que legitimem a trajetória de todos aqueles que contribuíram e colaboraram para expandir os vínculos de sociabilidade afro-brasileira. Portanto, nossa perspectiva metodológica lida com a pertinência de realizar um trabalho que tenha como ancoragem as elaborações profundas do sistema de pensamento e universo simbólico da comunalidade afro-brasileira com a qual estabelecemos vínculos.

Sobre isso, Maffesoli nos encoraja propondo aos intelectuais brasileiros

[...] que não se contentem em ‘colar’ a seu país os sistemas teóricos elaborados na Europa, ou pior, nos EUA, mas tornar à cultura profunda, nativa, que é a única a garantir o futuro. É esse o melhor exemplo de enraizamento dinâmico (MAFFESOLI, 2009, p.106).

Há uma recusa radical, característica da nossa atuação científico-acadêmica, de não nos submetemos às análises que ficam na superfície de dados empíricos e em suas seriações, nas prescrições históricas dos arquivos coloniais que se fixam na matematização e esquematização da dinâmica socioexistencial, reduzindo-a a “objeto de ciência” ou transformando-a em taxionomias submetidas à expansão tecnoeconômica do mundo imperialista. A onipotência contábil/mensurável que atravessa o discurso científico predominante no poder de Estado tende ao recalque, à unidimensionalidade e denegação de todas as formas de sociabilidade que caracterizam as alteridades civilizatórias que mapeiam o planeta.

No pensamento de Gaston Bachelard, encontramos valiosas contribuições que nos alertam sobre a história positivista-empirista que impõe a finitude e a linearidade como estratégia de análise para pensarmos e interpretarmos a existência. Bachelard, em *Filosofia do Não*⁸, propõe rupturas essenciais para penetrarmos num novo continente epistemológico no qual não há lugar para a finitude dos conceitos, das verdades absolutas, da intransitividade dos discursos que apequenam a existência.

É importante destacar que, para penetrarmos nesse novo continente epistemológico, Bachelard nos alerta que será necessário fazermos a elaboração de luto de toda a arquitetura conceitual e campos semânticos positivistas e empiristas que constituem a nossa formação acadêmica. Não é fácil, mas é preciso!

Sobre isso, disse Bachelard:

É necessário entendermos a filosofia do conhecimento científico como uma filosofia aberta, como consciência de um espírito que se funda trabalhando sobre o desconhecido, pesquisando no real o que contradiz os conhecimentos anteriores... Antes de tudo precisamos tomar consciência do fato que a nova experiência diz *NÃO* à experiência anterior, sem isso com toda evidência não se trata de uma nova experiência. (BACHELARD, GASTON, 1966, p. 9)

A filosofia bachelardiana expõe perspectivas de procedimentos metodológicos que lidam com a descontinuidade, o aleatório, o corte ou ruptura epistemológicos, necessários para entendermos a existência.

8 BACHELARD, Gaston. *La Philosophie du non*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966, p. 9.

Assim, realizamos estudos procurando estabelecer elos com o devir, com as descontinuidades necessárias à compreensão das histórias que expressam a identidade profunda de populações que insistem em afirmar com muita tenacidade a sua alteridade civilizatória.

Fizemos sim, muitas rupturas, principalmente tendo que lidar com os obstáculos teórico-epistemológicos da perspectiva etnocêntrica do discurso que recalca o complexo universo simbólico de povos milenares.

O que caracteriza, portanto, a epistemologia africano-brasileira são narrativas desdobramentos das células comunitárias, responsáveis pela origem das cidades, a arquitetura compondo em seu traçado urbano elos de ancestralidade, cosmogonias, hierarquias, instituições, repertório de mitos, contos, cantigas, parábolas, provérbios, códigos de cores, arquitetura, música polirrítmica de base percussiva, vestuário, códigos de gestos, compondo danças, vestuário, dramatizações, tecnologias diversas.

São narrativas extensões do contínuo civilizatório africano, que possuem vínculos comunais singulares, a exemplo: da “Roma negra” como bem definiu a Iyá Oba Biyi, Mãe Aninha no contexto da imposição da romanização católica na Bahia, afirmando ser a Bahia uma *polis* transatlântica da África negra; ou as “pequenas Áfricas” no Rio de Janeiro, como se referiu Heitor dos Prazeres às comunicações sob a liderança feminina das baianas como Tia Ciata.

Vale ressaltar que a *episteme* africano-brasileira se apoia no princípio de ancestralidade, caracterizando-se por reverenciar as lideranças sacerdotais comunitárias que através da tradição fonte cultural, dedicaram-se em vida ao bem estar da família na manutenção e preservação dos valores e linguagens que sustentam o bem estar e destino individual e coletivo. Ancestral é, portanto, aquele ou aquela que em vida deu continuidade e garantiu a expansão da memória da sua comunidade. Os ancestrais são lembrados e consagrados para depois, em outro plano de existência, continuar protegendo a existência e promovendo a alegria de sua gente. Enfim, é aquele/a que dedicou sua vida para garantir a continuidade da tradição.

É importante reafirmar aqui que, para os povos que têm o seu viver cotidiano atravessado por tragédias – desdobramentos das relações de prolongação colonial que tendem a sugar sua dignidade, seu direito à existência e direito de exercer a sua alteridade civilizatória, e também de manter erguidas as dinâmicas territoriais as

quais os organizam –, as questões apresentadas aqui assumem um significado extraordinário, pois o que está em jogo é a continuidade, a descendência, que constituem perspectivas de futuro para os patrimônios civilizatórios característicos de muitos povos.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **La Philosophie du non**. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.

LUZ, Marco Aurélio. **Cultura negra em tempos-pós-modernos**. Salvador: EDUFBA, 2008

LUZ, Marco Aurélio. As filhas de Tia Ciata. **A Tarde Cultural**, 14/04/2007.

LUZ, Narcimária. UNIVERSIDADE, BAHIA E BERIMBAU: TRAJETÓRIAS DE DESCOLONIZAÇÃO E EDUCAÇÃO. In **Revista da FAEEBA** nº 35, Salvador, 2009

MAFFESOLI, Michel. **A república dos bons sentimentos**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

